

# *Superior Tribunal de Justiça*

## **RECURSO ESPECIAL Nº 1.564.108 - SP (2015/0274488-2)**

**RELATORA** : **MINISTRA NANCY ANDRIGHI**  
**RECORRENTE** : LUIZ ANTONIO PANELLI AZEVEDO MARQUES  
**ADVOGADO** : CRISTIANE TAVARES MOREIRA - SP254750  
**RECORRIDO** : BANCO DO BRASIL SA  
**AGRAVANTE** : BANCO DO BRASIL SA  
**ADVOGADO** : EDUARDO JANZON AVALONE NOGUEIRA E OUTRO(S) - SP123199  
**AGRAVADO** : LUIZ ANTONIO PANELLI AZEVEDO MARQUES  
**ADVOGADO** : CRISTIANE TAVARES MOREIRA - SP254750

### **EMENTA**

PROCESSUAL CIVIL. RECURSO ESPECIAL. AÇÃO DE REVISÃO DE CONTRATO DE MÚTUO HABITACIONAL. FUNDAMENTAÇÃO. AUSENTE. DEFICIENTE. SÚMULA 284/STF. PREQUESTIONAMENTO. AUSÊNCIA. SÚMULA 282/STF.

1. Ação de revisão de contrato de mútuo habitacional.
2. A ausência de fundamentação ou a sua deficiência importa no não conhecimento do recurso quanto ao tema.
3. A ausência de decisão acerca dos dispositivos legais indicados como violados impede o conhecimento do recurso especial.
4. Agravo conhecido. Recurso especial não conhecido.

### **DECISÃO**

Cuida-se de agravo em recurso especial interposto por BANCO DO BRASIL SA , contra decisão que negou seguimento a recurso especial fundamentado, nas alíneas "a" e "c" do permissivo constitucional.

**Agravo em recurso especial interposto em:** 22/04/2015.

**Atribuído a esta Relatora em:** 09/09/2019.

**Ação:** de revisão contratual, ajuizada por LUIZ ANTONIO PANELLI AZEVEDO MARQUES, em face do BANCO agravante, fundada em contrato de mútuo habitacional.

**Sentença:** julgou improcedente os pedidos iniciais.

**Acórdão:** deu parcial provimento à apelação interposta pelo agravado, nos termos da presente ementa:

FINANCIAMENTO IMOBILIÁRIO. Ação revisional cumulada com repetição de indébito. 1. Contrato de financiamento

imobiliário. PES/CP - Plano de Equivalência Salarial da Categoria Profissional. Reajuste das prestações por índices e critérios não permitidos. Ausência de prova hábil nesse sentido. Existência, ainda de planilhas demonstrando pagamento com valores iguais e consecutivos, portanto substancialmente em conformidade com as políticas de reajuste salarial editadas pelo governo. 2. Coeficiente de Equivalência Salarial - CES. Admissibilidade da sua cobrança por se constituir num fator numérico que tem a finalidade exclusiva de reduzir as diferenças decorrentes do reajustamento das prestações e o reajustamento do saldo devedor. 3. Contrato com cláusula de reajuste pelos índices da caderneta de poupança. Superveniência de lei inserindo a variação da TR no cômputo dos referidos saldos de conta poupança. Inocorrência de lesão ao direito adquirido ou retroatividade. 4. Forma de amortização com precedência da atualização do saldo devedor. Admissibilidade, sob pena de gerar corrosão inflacionária da moeda e amortização além do devido. 5. Índice de Preços ao Consumidor de 84,32% em março de 1990 (Plano Collor). Admissibilidade. índice adotado para remuneração das contas de poupança desde o advento da Lei nº 7.730/89 (art. 17, III) e não revogado pela Lei nº 8.024/90 (art. 6º §§ 1º e 2º). 6. URV (Unidade Real de Valor). Não comprovação das perdas salariais alegadas pela conversão para tal índice. 7. Utilização da Tabela Price. Cabimento. Capitalização. Inocorrência. 8. Cobrança dos prêmios do seguro. Legalidade. 9. Execução extrajudicial com base no Dec.-Lei nº 70/66. Possibilidade. Inocorrência de afronta legal ou constitucional. Controle jurisdicional da execução garantido, embora a posteriori. 10. Amortização negativa substancial. Inadmissibilidade, sob pena de gerar capitalização mensal. Devem os juros gerados mensalmente ser levados ao saldo devedor, porém, em conta separada, sem que sobre eles incidam novos juros mensais, sofrendo, no entanto, as correções monetárias segundo o contrato. Recurso parcialmente provido.

**Recurso especial:** o recorrente alega violação dos arts. 514 e 515 do CPC/73. Sustenta que "a matéria discutida no recurso de Apelação, ora negado conhecimento, foi alegada no momento processual correto, ou seja, incorfomismo da r.sentença" (e-STJ fl. 462). Aduz, ainda que "é perfeitamente possível a cobrança cumulativa não só dos juros moratórios com os remuneratórios (dada a diferença etimológica de sua natureza jurídica), como também da correção monetária, multa, e por que não, igualmente da verba honorária, na forma do entendimento cristalizado na súmula 12 do stj" (e-STJ fl. 467).

**RELATADO O PROCESSO, DECIDE-SE.**

**- Julgamento:** aplicação do CPC/73.

**- Da fundamentação deficiente**

Constata-se, da leitura das razões do recurso especial, que quanto à alegação de ser possível a cobrança cumulativa não só dos juros moratórios com os remuneratórios, como também da correção monetária, multa, e da verba honorária, o agravante não alega violação de qualquer dispositivo infraconstitucional, o que importa na inviabilidade do recurso especial ante a incidência da Súmula 284/STF.

**- Da ausência de prequestionamento**

Mesmo que assim não fosse, o acórdão recorrido não decidiu acerca dos arts. 514 e 515 do CPC/73, indicados como violados, não tendo o recorrente oposto embargos de declaração com vistas a suprir eventual omissão perpetrada pelo Tribunal de origem.

Por isso, o julgamento do recurso especial é inadmissível. Aplica-se, na hipótese, a Súmula 282/STF.

Forte nessas razões, CONHEÇO do agravo para NÃO CONHECER do recurso especial, com fundamento no art. 932, III, do CPC/15.

Previno as partes que a interposição de recurso contra esta decisão, se declarado manifestamente inadmissível, protelatório ou improcedente, poderá acarretar na condenação às penalidades fixadas nos arts. 1.021, § 4º, e 1.026, § 2º, do CPC/15.

Publique-se. Intimem-se.

Brasília, 07 de outubro de 2019.

MINISTRA NANCY ANDRIGHI  
Relatora